

# PDOT ampliará as áreas urbanas do DF

Mudança atenderá as pressões sociais por mais moradias

RICARDO RAMOS

A segunda revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de 1997, instrumento que define a política de desenvolvimento urbano para o DF, deverá atender as pressões sociais por moradia e incentivar a vocação econômica de cada uma das cidades. O projeto de lei com as mudanças propostas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação será enviado à Câmara Legislativa apenas no segundo semestre de 2005. Mas as discussões já começaram. Ontem ocorreu mais uma rodada com o *Seminário de Gestão Estratégica do Território do DF*.

Estudos preliminares da Seduh apontam que, com a criação da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV, o abastecimento de água e energia elétrica da capital deixará de so-

brecarregar a APA do São Bartolomeu. Dentro dela, encontram-se 70% dos condomínios irregulares do DF, que possivelmente serão consolidados.

– Vamos propor novas áreas de expansão e transformar áreas agrícolas em urbanas – afirmou a secretária de Habitação, Ivelise Longhi.

Depois das audiências públicas, a Seduh deverá sugerir na proposta mecanismos que facilitem a ampliação das zonas urbanas, previstos no Estatuto das Cidades, como o Imposto Predial Territorial Urbano progressivo.

A Colônia Agrícola de Vicente Pires, por exemplo, tinha sido caracterizada pelo PDOT de 1997 como “área urbana de características rurais e bastante restrições ao loteamento”. Porém, o intenso processo de parcelamento do solo da colônia, nos últimos

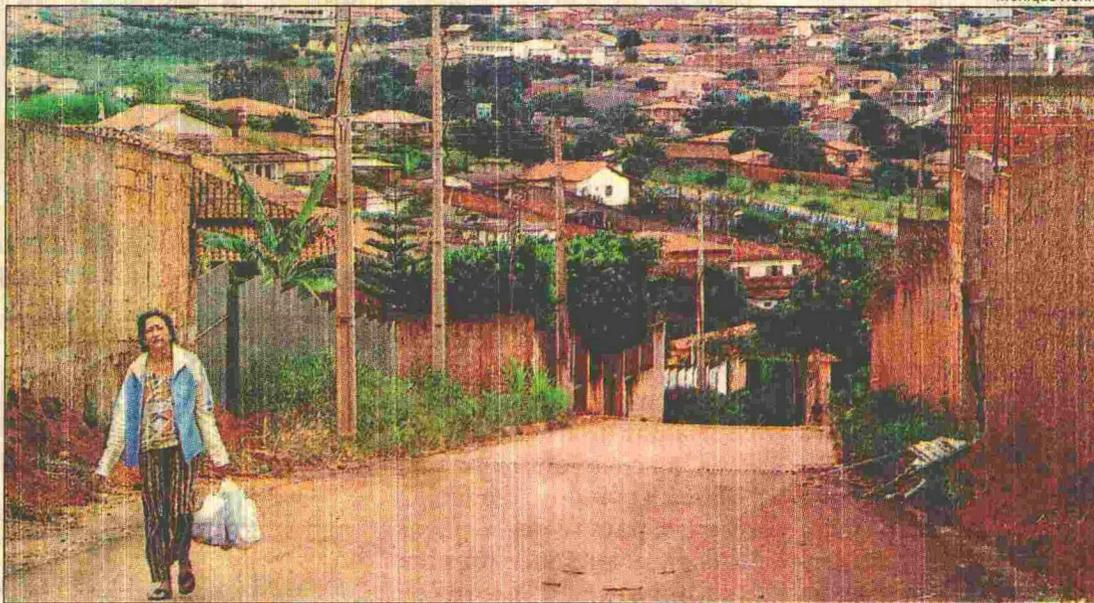
anos, deverá acarretar alterações de zoneamento.

**Economia** – Desta vez, o PDOT irá além de apontar fronteiras de expansão e fixação dos 2 milhões de habitantes do DF. A Federação das Indústrias do DF (Fibra) e o Sebrae farão análises do potencial econômico de cada uma das 23 regiões administrativas do DF.

– Mesmo com um rígido zoneamento, as atividades comerciais serão facilitadas – afirmou a subsecretária de Política Urbana e Informação (Supin), Denise Prudente.

Segundo a subsecretária, a grande diferença entre o atual e o futuro PDOT é o “rebatimento”. Ou seja, as percepções do mercado imobiliário e econômico do DF serão levadas em conta na hora da formulação da proposta.

ricardo.ramos@jb.com.br



Monique Renne

**VICENTE PIRES:** intenso parcelamento deverá alterar o zoneamento da colônia agrícola

## Só cinco cidades têm plano diretor

Ao mesmo tempo em que busca revisar o PDOT, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano terá de acelerar a elaboração dos planos diretores locais (PDL) das 23 regiões administrativas do DF. Previstos no Estatuto das Cidades de 2001, a função dos PDLs é criar regras de desenvolvimento das cidades, com a previsão das áreas passíveis de loteamento e densidade populacional de cada uma delas. A lei determina que, até 2007,

todas as cidades com mais de 20 mil habitantes tenham seus planos.

Apenas cinco cidades do DF têm PDL: Candangolândia, Samambaia, Sobradinho e Ceilândia e Taguatinga. Prontos para serem encaminhados à Câmara Legislativa, estão os planos diretores de Planaltina e do Gama. Ambos estão com audiências públicas marcadas para o próximo mês.

Em fase de elaboração, es-

tão os planos diretores dos Lago Sul, Guará e Área Tombada de Brasília – que engloba o Plano Piloto, o Cruzeiro, o da região administrativa do Sudoeste/Octogonal e a revisão do de Candangolândia.

– Tínhamos um diagnóstico bem consolidado da área tombada, mas vamos detalhá-lo ainda mais – disse a subsecretária de Urbanismo e Preservação, Eliana Klarmann, sem prever datas para o PDL para Brasília. (RR)